



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1866133 - SP (2020/0058927-6)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832**  
**CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064**  
**LEONARDO CASTRO - SP425644**  
**RECORRIDO : CECILIA KEIKO YOSHIKAWA**  
**ADVOGADOS : JOÃO EMÍLIO ZOLA JUNIOR - SP089900**  
**FELIPE GRADIM PIMENTA - SP308606**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL EM FASE DE CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DOS ART. 489, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. IMUTABILIDADE. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. OCORRÊNCIA.

1. Adimplemento contratual em fase de cumprimento individual de sentença em razão de contrato de participação financeira em plano de expansão telefônica.

2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC.

3. O cumprimento da sentença deve observar exatamente o que foi estabelecido no título judicial, sob pena de violar a coisa julgada.

4. É inviável, na fase de cumprimento de sentença, modificar o valor patrimonial das ações definido expressamente no título executivo, sob pena de ofensa à coisa julgada.

5. Os dividendos e juros sobre capital próprio deverão ser calculados proporcionalmente à quantidade de ações cujo direito à subscrição foi judicialmente reconhecido em demanda anterior, transitada em julgado.

Aplica-se, no caso, a Súmula 568 do STJ.

6. Para que haja efetivo direito à complementação acionária da telefonia móvel - dobra acionária - é necessário que o pedido seja expresso e analisado em ação de conhecimento. Assim, não havendo condenação à referida complementação, inviável que se incluam nos cálculos exequendos as ações decorrentes da dobra acionária. Precedentes.

7. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa extensão, provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL

S/A, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 11/11/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 11/03/2020.

**Ação:** adimplemento contratual em fase de cumprimento de sentença apresentada por CECÍLIA KEIKO YOSHIKAWA em face da recorrente, em razão de contrato de participação financeira em plano de expansão telefônica.

**Decisão interlocutória:** julgou parcialmente o pedido com intimação da ora recorrida para apresentação de novos cálculos.

**Acórdão:** deu parcial provimento aos recursos interpostos pela recorrente e recorrida, nos termos da seguinte ementa:

Ação de liquidação de sentença envolvendo contrato de participação financeira no plano de expansão de telefonia. Procedência parcial com intimação da parte autora para apresentação de novos cálculos. Aquisição do plano de expansão durante o período delimitado pela ação civil pública. Aplicação do entendimento do Tribunal, no que couber, sobre os critérios de cálculo do valor devido e consectários decorrentes do reconhecimento eventos societários, DOBRA ACIONÁRIA, DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO.

EVENTOS SOCIETÁRIOS. Necessidade de considerar as operações de grupamento e desdobramento acionários ocorridas entre a data de emissão das ações e o trânsito em julgado da demanda. Julgamento do REsp nº 1.647.879/SP que tratou de questões específicas do Tema 667 (Recurso Especial Repetitivo nº 1.387.249/SC). Interpretação dessa 4ª Câmara de Direito Privado no sentido de ser de rigor a inclusão dos eventos societários no cálculo da diferença acionária porque eles estão diretamente relacionados com o aspecto estrutural das ações e não só com o valor econômico delas. Assim, ainda que não haja pedido expresso, eles devem ser observados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 489, II, 502, 503, 508 e 509, §4º, do CPC. Aduz ofensa à coisa julgada quanto à inclusão de dobra acionária, dividendos e juros sobre capital próprio no cálculo da indenização, uma vez que não previstos no título executivo.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/15.

**- Da violação do art. 489, II, do CPC/15.**

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

**- Da orientação do STJ**

A jurisprudência do STJ, em relação à matéria impugnada pelo recorrente, firmou-se no sentido de que:

*i) o cumprimento da sentença deve observar exatamente o que foi estabelecido no título judicial, sob pena de violar a coisa julgada;*

*ii) é inviável, na fase de cumprimento de sentença, modificar o valor patrimonial das ações definido expressamente no título executivo, sob pena de ofensa à coisa julgada e;*

*iii) os dividendos e juros sobre capital próprio deverão ser calculados proporcionalmente à quantidade de ações cujo direito à subscrição foi judicialmente reconhecido em demanda anterior, transitada em julgado. Precedentes: AgInt nos EDcl no REsp 1527093/RS, 3ª Turma, DJe 13/08/2018; AgInt no REsp 1549815/RS, 3ª Turma DJe 20/11/2017 e AgInt no REsp 1308933/RS, 4ª Turma, DJe 27/03/2017.*

*iv) para que haja efetivo direito à complementação acionária da telefonia móvel - dobra acionária - é necessário que o pedido seja expresso e analisado em ação de conhecimento. Assim, não havendo condenação à referida complementação, inviável que se incluam nos cálculos exequendos as ações decorrentes da dobra acionária. Precedentes: AgInt no REsp 1389489/SC, TERCEIRA TURMA, 30/05/2017 e AgRg no AREsp 585.524/SC, QUARTA TURMA, DJe 23/04/2015.*

Dessa forma, verifica-se que o acórdão recorrido adotou, posicionamento divergente da jurisprudência sedimentada neste Superior Tribunal de Justiça, incidindo a Súmula 568 do STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, a, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do RECURSO ESPECIAL, e nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO a fim de determinar que sejam excluídos do cálculo exequendo os valores referentes às ações da telefonia celular, a chamada "dobra acionária", dividendos e juros sobre capital próprio.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º, e 1.026, §2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora